

## **ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

-----Aos dezassete dias do mês de Julho do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião pública e ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte e Amílcar António Santos . -----

-----Foi justificada a falta a esta reunião do senhor vereador Armando Salvador Maia da Fonseca por motivo de férias.-----

-----Secretariaram a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição Sérgio Manuel Silva Duarte e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 16.40 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

<b>1329.</b>	<b>RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:</b> Do dia 2000.07.17:-----
	Caixa Geral de Depósitos.....44.319.112\$00
	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral... 4.130.071\$50
	Banco Totta & Açores.....5.401.789\$00
	Banco Português do Atlântico.....7.294.443\$50
	Crédito Predial Português.....1.453.330\$00
	Banco Comercial Português.....1.615.684\$50
	Banco Pinto & Sottomayor.....721.853\$00
	Banco Nacional de Crédito Imobiliário.....35.181.899\$00
	Depositado em instituições de Crédito.....99.753.488\$50
	Em cofre.....
	.....Numerário.....34.190\$50
	.....Cheques.....80.965\$00
	Total de disponibilidades.....123.630.030\$00
	Documentos.....3.751.138\$50
	Total.....103.619.782\$50
	Operações Orçamentais.....15.541.488\$50
	Operações de Tesouraria.....84.327.155\$50

**1330. PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.07.10 e 2000.07.14 no montante de 50.911.015\$00.-----

**1331. ACTA N.º 35/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por maioria com os votos contra dos senhores vereadores Manuel Quintino e Amílcar Santos, e o voto favorável do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores José Vítor Silva, João Carlos Duarte e Luis Duarte, aprovar a acta número 35/2000 da reunião ordinária de dez de Julho de dois mil. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Manuel Quintino declarou que: “votei contra porque a última parte da acta sob o título “defesa da honra” não foi

## **ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

proferida na reunião a que a mesma se reporta, logo dela não pode constar. Requeiro fotocópia autenticada da acta.”-----

-----O senhor vereador Amílcar Santos subscreveu a declaração de voto supra transcrita. -----

### **ATENDIMENTO DO PÚBLICO**

**1332. JORGE MANUEL DIONISIO CALVO:** Presente o senhor Jorge Manuel Dionisio Calvo, solicitou a resolução dos problemas existentes no seu lote de terreno sito na Rua de Santo António, lugar do Cintrão, arruamento este que não tem condições nenhuma, e cuja resolução já se arrasta há quase 4 anos.-----

-----Foi decidido que o executivo se deslocará ao local na próxima segunda-feira. -

**1333. JOAQUIM NASCIMENTO FONSECA:** Presente o senhor Joaquim Nascimento Fonseca, em representação dos moradores da Moita Boa, solicitou informações sobre o alcatroamento da estrada Moita Boa / Camarão e sobre a passagem de nível do Camarão. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o alcatroamento da estrada referida está previsto em Plano de Actividades, e concluída que está a obra do saneamento do Casalinho, será das primeiras acções a levar a cabo.-----

**1334. MARIA ZITA MELO:** Presente a senhora D. Maria Zita Melo, em nome dos moradores na vizinhança do Hotel Comendador, informou que relativamente ao depósito de gás instalado por esta entidade, não deu entrada qualquer pedido de licenciamento no Ministério da Economia ou no Ministério do Ambiente. O depósito de gás já está cheio e funcional, não tendo o necessário respiradouro. O Hotel não se encontra licenciado e o Serviço Nacional de Bombeiros não aprova o projecto porque não existem escadas de emergência. Os Bombeiros Voluntários de Bombaral têm o auto tanque a arranjar e as bocas de incêndio não têm pressão de água suficiente, pelo que se houver um incêndio toda a zona está em perigo. Chamou igualmente a atenção para a existência nas proximidades de uma loja com produtos inflamáveis. Não percebe como é que o hotel pode estar a funcionar sem qualquer licenciamento e como é que se pode primeiro construir e depois pedir as licenças.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que tanto quanto está informado o pedido de colocação dos depósitos de gás não é feito pelos proprietários mas sim pela empresa responsável pela sua instalação. Quanto à situação do hotel, tem sido uma preocupação desta Câmara Municipal, a comprovar quer pelas reuniões havidas mas também pelas diligências feitas, faltando apenas algumas questões residuais para as quais já se aguarda apresentação do projecto de alterações. A Direcção Geral de Turismo despachou favoravelmente o processo após a aprovação do projecto pela Câmara Municipal, com a condição de serem resolvidos alguns problemas, nos quais se inclui o parecer do Serviço Nacional de Bombeiros, constando que este parecer é favorável. Vai procurar obter uma informação acerca da segurança das pessoas e habitações nas imediações, face à colocação do depósito de gás.-----

-----Os restantes membros do executivo foram unânimes em considerar que se atingiu o limite nesta situação e uma vez que a Câmara Municipal tem meios para agir perante a mesma, amanhã de manhã o senhor presidente da Câmara deve mandar a

**ACTA N.º 36/2000** – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17

- fiscalização municipal ao local e proceder ao embargo da obra. -----
- 1335. GUSTAVO MIL-HOMENS:** Presente o senhor Gustavo Mil-Homens, residente no Vale da Várzea, vila e freguesia de Bombarral, reclamou pelo facto de ainda não lhe ter sido dada resposta a uma reclamação que apresentou primeiro verbalmente e depois por escrito em Janeiro deste ano, relativamente à construção ilegal de um muro pelo senhor José António Nunes, a quem a Câmara cedeu pavimento para essa construção ilegal. -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que amanhã vai avocar o processo e mandar a fiscalização municipal ao local e se o muro estiver ilegal vai mandar demoli-lo. Relativamente à cedência de pavimentos, manifestou estranheza porque no Vale da Várzea, todos os pavimentos são da responsabilidade do loteador. -----
- 1336. VALDEMAR PEREIRA:** Presente o senhor Valdemar Pereira, solicitou esclarecimentos sobre o facto de ainda não lhe ter sido dada resposta a um documento que apresentou na sequência de lhe ter sido reprovado um projecto à cerca de 3 meses. -----
- A pedido do interessado foi decidido que o executivo se deslocará ao local na próxima reunião. -----
- 1337. SANDRA LOURENÇO:** Presente a senhora D. Sandra Lourenço, solicitou esclarecimentos sobre se as janelas laterais do prédio que a D. Amélia Carvalho está a construir na Rua Moinho do Arneiro, vila e freguesia de Bombarral, vão ser fechadas com tijolos. -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que o munícipe, voluntariamente, tem estado a debelar alguns dos problemas existentes com esta construção, mas a Câmara Municipal não tomou nenhuma deliberação sobre o assunto. O munícipe pretendeu que lhe dissesse o que fazer e respondeu-lhe que em face do que está em acta agisse por sua conta de forma a minimizar o problema, porque a deliberação de Câmara é constitutiva de direitos, existindo neste momento duas ofensas: aos vizinhos e ao empreendedor que tem um projecto aprovado. -----
- 1338. ANTÓNIO FERREIRA JORGE:** Presente o senhor António Ferreira Jorge, solicitou o emaniamento do esgoto que vem do Bom Vento e Barro Lobo e que desagua junto a um seu armazém, provocando maus cheiros. -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que já esteve previsto o emaniamento do esgoto. Passado este período de maior aperto vai pedir aos serviços que reponham esta obra na primeira linha de prioridades. -----
- 1339. LUIS FILIPE FERREIRA GOMES:** Presente o senhor Luis Filipe Ferreira Gomes, disse que em Agosto de 1994 a Câmara Municipal respondeu negativamente a um seu pedido para apoio na construção de um ramal de electricidade. Há cerca de um mês soube que a Câmara Municipal iria pagar o abastecimento de electricidade ao Casal do Lombo, pelo que questiona qual o motivo desta diferença de critérios. Mandou uma carta em 23 de Maio a pedir satisfações à qual ainda não teve resposta. Solicitou ainda esclarecimentos sobre qual o motivo do alcatroamento da Rua da Retirada no Barrocalvo, ter ficado a meio e da existência há dois anos de ferros em cruzamentos no Barrocalvo, que pensa irem servir para a colocação de espelhos. -----

## **ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que a electrificação do Casal do Lombo é uma decisão da Câmara Municipal. Quando foi pedido auxílio em 1994, a Câmara Municipal tomou uma decisão, mas não vai tecer comentários antes de obter os elementos, após o que trará o assunto a conhecimento da Câmara Municipal. Quanto à colocação de sinais disse ter havido alguma dificuldade no fornecimento dos mesmos. -----

- 1400. MANUEL JOSÉ ABREU FIGUEIREDO:** Presente o senhor Manuel José Abreu Figueiredo, chamou a atenção para a falta de passadeiras de peões no Barrocalvo e para a situação dos esgotos nesta aldeia. Mais chamou a atenção para o facto de uma intermediária de Caldas da Rainha ter adquirido um terreno no sítio do Barro, paralelo à Rua da Retirada, por onde passa um caminho público que se encontra tapado há muito, pretendo construir um lote que vai tapar essa estrada. -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

- 1401. SALA DE DESENHO:** “Relativamente à questão colocada pelo senhor vereador José Vítor Silva, na anterior reunião de Câmara, informo que como houve um interregno no exercício do funcionário Mário Miguel após o término do contrato a termo certo e o reingresso, tem havido a prestação extra de serviço para recuperar e pôr em dia o sistema de informação geográfica (S.I.G.).”-----
- 1402. CEMITÉRIO DO SENHOR JESUS DO CARVALHAL:** “Relativamente a este assunto abordado pelo senhor vereador Manuel Quintino na anterior reunião de Câmara devo referir que se em 26 de Junho, como propus a Câmara tem aprovado o lançamento do concurso da 2.ª fase do cemitério e aprovado as alterações propostas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia, talvez esta informação do empreiteiro que entrou em 3 do corrente não tivesse surgido. Acontece que como só depois de ter sido ouvido o senhor presidente da Junta de Freguesia se deliberou a abertura do concurso e a aprovação das alterações, vai agora ser feita a competente comunicação ao empreiteiro.”-----
- 1403. SENHORA DO SOCORRO:** “Quanto à questão colocada pelo senhor vereador Manuel Quintino na anterior reunião de Câmara apenas por falta de tempo do responsável pela Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, sendo certo que se estão a desenvolver diligências quer para suavização e limpeza do talude da propriedade confinante com o loteamento, mas também a correcção do lancil na curva.”-----
- 1404. MURO NO PÓ:** “Quanto à questão colocada pelo senhor vereador Manuel Quintino na anterior reunião de Câmara, a solicitação de informação pedida à fiscalização foi oral, como já tive oportunidade de informar em reunião anterior.”-----
- 1405. HOTEL COMENDADOR:** “É com alguma surpresa que tomo conhecimento da observação feita pelo senhor vereador Manuel Quintino na anterior reunião de Câmara, e não me surpreende pois o exercício da responsabilidade autárquica tem-no caracterizado por um cunho personalizado de tratamento. Neste caso, senhor vereador, a informação apenas visou responsabilizar o investidor, mas também o responsável pelas informações para o desenvolvimento da peça jornalística. O presidente da Câmara e a Câmara ao procederem como têm procedido, também estão

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

- de certo modo a dar azo a que a situação se prolongue. Mas como consta do processo é ao investidor que compete arrancar para a finalização da obra, executando quanto a Câmara decidiu e autorizou, para posteriormente obter o licenciamento competente.” -
- 1407. TRIBUNAL:** “Face à última reflexão efectuada e após visita a dois prováveis locais, os senhores arquitectos estão a concluir o relatório por nós pedido com os prós e os contras acerca de cada um dos locais referidos.” -----
- 1408. AQUISIÇÃO DE TERRENO DOS C.T.T.:** “Relativamente à questão formulada dir-lhe-ei senhor vereador Amilcar Santos que seria muito prejudicial para a autarquia desistir do referido negócio por várias razões: 1) tendo em conta o contrato celebrado e as respectivas premissas, com sinal pago etc., seria incompreensível que tal acontecesse dado o prejuízo daí adveniente; 2) sendo crucial o tratamento e embelezamento da Praça do Município, aquele esforço é fundamental até porque ficamos com a possibilidade de no futuro termos acesso ao espaço necessário para a passagem da conduta do emissário ao longo do Rio Real e utilizá-lo criando uma passagem pedonal que sairá à entrada da vila, a pós circundar a propriedade da família Coimbra, tratando deste modo aquela entrada da vila; 3) como o senhor vereador se recorda fui diversas vezes afrontado pelo facto de propor venda de património, mudando assim os eixos do investimento. Ora como sabe ao vender-se a propriedade pertença do município (antiga fábrica da I.T.A.A.L.) adquirimos por outro lado o terreno junto à Praça do Município mas também o terreno na Delgada para fazer localizar investimentos que aquela povoação precisa.” -----
- 1409. INICIO DAS REUNIÕES:** “Com este seu tipo de observações se calhar vou criar um relógio de ponto. Ora senhor vereador Amilcar Santos, a semana passada quando vim à sala às 15.40 horas apenas aqui se encontrava o senhor vereador Armando Salvador, sendo que os senhores vereadores Luis Duarte e João Carlos Duarte estavam nos seus gabinetes. Mais tarde ouvi o senhor vereador Manuel Quintino e só depois o senhor vereador.” -----
- 1410. HABITAÇÃO SOCIAL:** “Segundo informações que possuo falta concluir procedimentos tendentes à finalização do processo.” -----
- 1411. FORNECEDORES:** “Quanto ao pagamento aos fornecedores tem-se feito um grande esforço para a sua liquidação, sendo que os pequenos fornecedores estão levantados e está equacionada a calendarização do respectivo pagamento.” -----
- 1412. INFORMAÇÕES:** “Todas as questões que os senhores vereadores colocarem e que sejam de natureza técnica serão respondidas na reunião seguinte, o que for opinativo terá resposta no próprio dia.” -----
- INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Pelas 19.40 horas foi a reunião interrompida a fim do executivo se deslocar às instalações da ex-I.T.A.A.L.. -----
- Pelas 20.15 horas foram retomados os trabalhos com a presença de todos os membros do executivo.-----
- 1413. I.T.A.A.L.:** “Retomada a reunião e porque a ida á I.T.A.A.L. tinha sido solicitada com a colocação de algumas dúvidas de que todo o material anunciado para venda conforme edital e adquirido oportunamente pelo município não estivesse nas instalações, cabe-me referir que após visita e depois de constatar que todos os bens se encontravam no

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

local acho por bem deixar referido que todos devemos ter cuidado e não levantar falsos alarmes ou deixar que nas nossas intervenções e declarações possam subentender-se interpretações dúbias.”-----

- 1414. H. MONTEIRO, LDA:** “No passado dia 11 de Julho de 2000, decorreu na sala de reuniões da Câmara Municipal de Bombarral, uma reunião relativa ao lote 13 do loteamento de H. Monteiro, Construções, sito no gaveto da Rua da Misericórdia e da Av. Dr. Joaquim Albuquerque, vila e freguesia de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores José Vítor Silva e Manuel Quintino, da Dr.ª Paula Monteiro em representação da firma H. Monteiro Construções, e da D. Ana Maria Fonseca, em representação dos condóminos do lote 4. Historiei brevemente o processo, considerando a laje superior do lote 13 como logradouro comum do loteamento em questão. A representante dos condóminos do lote 4 defendeu que a empresa H. Monteiro Construções ao pretender construir um parque de estacionamento na laje superior do lote 13 se estava a apropriar da área central do loteamento que considera comum, pretendendo que não exista estacionamento no local mas sim que o mesmo seja ajardinado. A representante da firma H. Monteiro Construções, Lda, defendeu que a utilização da área superior da laje é omissa no loteamento registado na Conservatória do Registo Predial, que define como logradouro comum a faixa à volta do referido lote 13, tendo a solução de estacionamento nesta laje sido encontrada em conjunto com Câmara Municipal para fazer face à necessidade de criação de lugares de estacionamento. Se a posição dos condóminos é no sentido de ser anulado o estacionamento na parte superior da laje, está disponível a equacionar a situação, mas em face dos investimentos feitos no reforço da laje, questiona quem irá suportar os custos. Os representantes da Câmara Municipal referiram não aceitarem a imputação de custos à autarquia, devendo o espaço superior da laje manter-se para uso comum. Após troca de impressões e em face da recusa dos condóminos em aceitarem que a parte superior da laje do lote 13 seja vocacionada para estacionamento, a representante da firma H. Monteiro, Construções, ficou de fazer o balanço do valor do investimento adicional, caso exista, e apresentá-lo à Câmara, comprometendo-se a parar os trabalhos na laje superior do lote 13, a partir de hoje, até que haja uma solução definitiva.”-----
- 1415. REDE VIÁRIA:** “Tiveram já início as obras solicitadas à firma Virgílio Cunha, Lda, nomeadamente a correcção da inclinação do acesso Delgada / Sobral do Parelhão e a execução da estrada paralela ao Casal do Urmal. Em relação a esta última estando prevista uma placa central com 12 metros e porque estamos nos últimos dois meses da cultura da uva, sugeria a análise da possibilidade desta ser executada com 10 metros.”-----
- 1416. I.P.6:** Informou o executivo de que no passado dia 12 de Julho teve uma reunião com responsáveis do I.C.O.R. que lhe deixaram o projecto do traçado do I.P. 6 no concelho de Bombarral. Vai reunir com as senhoras presidentes das Juntas de Freguesia de Roliça e Pó para analisar esta situação pedindo colaboração para verificação da criação de caminhos paralelos à nova via com vista a possibilitar acesso às propriedades.-----

**ACTA N.º 36/2000** – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17

1417. **E.T.A. DO PÓ:** Fez entrega ao senhor vereador Amilcar Santos da informação n.º 64/O.M./2000 e do ofício 199/O.M., relativos ao assunto em epígrafe. -----
1418. **SUB PROGRAMA I – APOIO AO INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL – MEDIDA 5 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL:** Fez entrega ao executivo de documento sobre o assunto em epígrafe e que contempla as iniciativas Centro Cultural (construção), requalificação urbana e Plano de Pormenor da Zona Noroeste. -----
1419. **COOPERTORRES:** Deu conhecimento ao executivo da oferta de uma placa comemorativa dos 25 anos da COOPERTORRES, levada a cabo nas instalações do Sanguinhal.-----
- DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:**-----
1420. **PRÉ ESCOLA DO PÓ:** Informou o executivo que um empreiteiro que andava a cortar eucaliptos danificou o telhado desta escola, tendo já sido accionado o processo de responsabilização pelos estragos avultados que foram causados. A G.N.R. desenvolveu o processo e o encarregado de obras já fez o levantamento rigoroso dos estragos.
1421. **APRESENTAÇÃO DE PROJECTOS EDUCATIVOS:** Informou o executivo de que no passado dia 11 de Julho esteve presente na apresentação de projectos educativos das escolas no âmbito do C.A.E. Oeste. -----
1422. **REDE DE MUSEUS DO OESTE:** No passado dia 12 de Julho esteve numa reunião na Associação de Municípios do Oeste sobre a rede de museus do Oeste. -----
1423. **PROGRAMA LEADER:** No passado dia 13 de Julho esteve numa reunião na Direcção Regional de Agricultura sobre os programas Leader e Leader +. Abordou a questão das candidaturas a centros rurais, tendo-lhe sido dito que se encontram centralizadas na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, pelo que solicitou ao senhor presidente da Câmara que pedisse uma reunião à C.C.R..V.T. sobre esta matéria. ----
1424. **ESCOLA PROFISSIONAL:** Informou o executivo que no passado dia 14 de Julho teve uma reunião na Escola Superior de Hotelaria do Estoril, onde abordou a hipótese de instalação de uma escola profissional no Bombarral, o que terá de passar por uma parceria com a Região de Turismo do Oeste. -----
1425. **ESCOLA BÁSICA INTEGRADA:** Informou o executivo que já teve uma reunião com o coordenador do C.A.E. Oeste sobre a possibilidade de instalação de uma escola básica integrada no concelho de Bombarral, estando a aguardar uma reunião com o novo Director Regional de Educação para reavivar o processo. -----
1426. **DELGADA VELHA:** Solicitou uma informação e parecer técnico da D.T.O.U. sobre o emanilhamento de uma regueira que está a ser levado a cabo na Delgada Velha.-----
1427. **PROGRAMAS OPERACIONAIS E REGIONAIS:** Solicitou ao senhor presidente da Câmara para que sejam requeridas sectorialmente todos os programas operacionais, porque não se pode ter uma visão restritiva de que as únicas formas de desenvolvimento são as definidas pela A.M.O.. Informou que numa reunião com a Direcção Regional lhe foi entregue cópia do programa operacional do Ministério da Agricultura -----
1428. **ESTÁDIO MUNICIPAL:** Mais uma vez requereu ao senhor presidente da Câmara

**ACTA N.º 36/2000** – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17

informação sobre o estado das negociações com a família Matos Silva e transmitiu a sua preocupação por o processo estar estagnado. -----

**DO SENHOR VEREADOR JOÃO CARLOS DUARTE:**-----

- 1429. CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO:** “Relativamente à renovação do contrato de trabalho a termo certo com a auxiliar técnica de turismo Patrícia Ferreira Figueiredo, alerto que a partir de 15 de Setembro o horário de funcionamento do posto de turismo irá ser alterado, pelo que só será necessária um afuncionária. Se a funcionária é necessária para exercer funções na secção de contabilidade, então que lhe seja feito um contrato para as funções que exerce, porque presentemente como auxiliar técnica de turismo está a ganhar 120.000\$00 / mês, mais do que um auxiliar administrativo, o que está a provocar descontentamento entre os funcionários.” -----

**DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:**-----

- 1430. SUB PROGRAMA 1:** “Questiono o senhor presidente da Câmara sobre qual a possibilidade de utilizarmos as verbas para essas infra-estruturas e investimentos no valor de 89 mil contos, sabendo que neste momento não existem quaisquer projectos que possam de imediato avançar para concretização.” -----

- 1431. PROGRAMA OPERACIONAL PARA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA:** “Questiono o senhor presidente da Câmara sobre se tem algum projecto em mente para apresentar a Câmara Municipal para aproveitar este programa operacional, tanto mais que se vai avançar com o plano de requalificação urbana da vila e tem-se em vista construir um parque de estacionamento na Rua Veríssimo Duarte, seria oportuno fazer um plano global para requalificação urbana e comercial da vila, aproveitando todas as verbas que nos são colocadas.” -----

- 1432. PROGRAMA OPERACIONAL DE ECONOMIA:** “Alerto o senhor presidente da Câmara para que tome diligências de forma a que o concelho de Bombarral tenha pelo menos um nível de bonificações do programa operacional de economia, já que no Oeste apenas Óbidos e Cadaval foram contemplados.” -----

- 1433. PLANO ESTRATÉGICO:** “Vimos mais uma vez a falta de visão que todos constatámos por parte do senhor presidente, mas isso não inviabiliza que possamos utilizar instrumentos que nos possam ajudar a visualizar o futuro. Para tal existem empresas especializadas. Estamos no início do III Quadro Comunitário de Apoio e não existe nenhum instrumento que nos possa ajudar a determinar o futuro do concelho. Cito a título de exemplo a situação do concelho de Rio Maior. A verdade é que hoje temos um concelho impreparado para o futuro e com investimentos avulsos. Lamento que no final do mandato não haja um plano estratégico para o concelho.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “face à discussão havida em tempos em reunião de Câmara, foi feito um convite a empresas especializadas (CEDRU, Roland Berger, Logistema, Referencial e Régio Consultores). Num primeiro momento por razões de agenda suspendi os contactos. Todavia foi renovada a iniciativa, acontecendo as reuniões preparatórias e consultivas na próxima semana. Está certo que até final do ano o Plano Estratégico terá uma forte implementação.”----

- 1434. FESTIVAL DO VINHO:** “Verifiquei no cartaz oficial que o vereador João Carlos Duarte escolheu como jornal oficial o Jornal de Leiria. Quais os parâmetros desta decisão?



## **ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

Quais os custos para a autarquia sabendo que o Jornal de Leiria vai publicar 130 mil exemplares de uma separata dedicada ao Festival do Vinho?”-----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte respondeu que o grupo JORLIS manifestou-se disponível para fazer várias páginas de publicidade gratuita ao Festival do Vinho, ao contrário de todos os outros jornais regionais, como por exemplo o Área Oeste de que o vereador José Vítor Silva já foi director e é accionista, a quem vão ser pagos cerca de 200 contos em publicidade e vai ser disponibilizado um stand no certame. Em relação à separata ainda não tem custos totalmente definidos mas podem rondar 20 a 25% sendo praticamente tudo pago com a publicidade angariada. Julga que os custos podem ficar em 500 ou 700 contos.-----

-----O senhor vereador José Vítor Silva lembrou que não basta uma empresa dirigir-se ao senhor vereador João Carlos Duarte para que este ceda a todas as solicitações que lhe são feitas. A Câmara Municipal é uma instituição pública e deve haver transparência e este processo não foi transparente. Se existe um jornal oficial devia ter havido um concurso. No local oportuno fará sentir aos bombarralenses que mais uma vez a Câmara Municipal de Bombarral e o Festival do Vinho não respeitou as empresas do Bombarral.-----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte contrapôs que não aceita que se ponha em causa a transparência do processo porque houve transparência absoluta. Há dois anos pagou-se sacos ao jornal Semanário, mas houve 3 páginas de publicidade que não foram pagas. O ano passado não fizeram os sacos mas tiveram publicidade gratuita à mesma, tendo apenas pago o encarte. Ao longo dos anos tem tentado transformar o Festival do Vinho num certame anual e nacional. Nunca teve qualquer benesse nem espera vir a ter.-----

**DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----**

**1435. FESTIVAL DO VINHO:** “Deixo registada a minha solidariedade com a preocupação do vereador José Vítor Silva sobre os poucos aspectos conhecidos da organização do Festival do Vinho Português.”-----

**1436. HOSPIARTE:** “A semana passada requeri o agendamento deste assunto para hoje o que não aconteceu nem me foi dada qualquer satisfação. Solicito ao senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira que leia o que diz a legislação sobre esta matéria.”-----  
-----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira leu o n.º 2 do artigo 87.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com o seguinte teor: “A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de: a) cinco dias sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias; b) oito dias sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.”-----  
-----O senhor presidente da Câmara disse que aquilo que leu na acta sobre esta matéria não tem fundamentação que lhe permita a sua avaliação, sendo certo que a lei prescrevendo o direito à apresentação das propostas, as mesmas têm que ser escritas como atrás foi mencionado (n.º 2 do artigo 87.º da Lei 169/99).-----

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

-----O senhor vereador Manuel Quintino disse que “mais uma vez o presidente da Câmara mente porque foi informado exactamente do que era pretendido com este requerimento.”-----

**AUSÊNCIAS:** Pelas 21.35 horas ausentaram-se da reunião os srs. vereadores João Duarte e Luis Duarte, este último para dar posse aos corpos gerentes do SCEB. -----

- 1437. MURO NO PÓ:** “Na sequência de informação pedida sobre o andamento do processo do muro do Pó, informou o senhor presidente da Câmara nesta acta que a solicitação de informação pedida à fiscalização foi oral. Ora contactei pessoalmente os dois fiscais desta Câmara Municipal e a nenhum foi feita qualquer solicitação oral ou escrita. Quero recordar que este assunto foi verificado pessoalmente no local pelo presidente da Câmara e por todos os vereadores à cerca de 10 meses. Não só dessa observação não resultou como devia ter resultado acção imediata do presidente da Câmara, como passado todo este tempo ainda nos quer iludir com mentiras fáceis. De um dos assuntos abordados no último relatório da I.G.A.T. transcrevo: «não foi ordenado embargo nem instaurado qualquer processo de contra-ordenação, o que mais uma vez põe em evidência o péssimo funcionamento do serviço de fiscalização e o comportamento censurável do ponto de vista legal dos autarcas» e no final termina «que se recomenda à Câmara Municipal, e em especial ao seu presidente, que adopte as medidas necessárias à eliminação das ilegalidades do tipo das referidas no presente relatório designadamente em matéria de... fiscalização e licenciamento de obras particulares». Deixo o meu alerta ao presidente da Câmara para que actue de imediato nos três casos já detectados no Pó, sob pena de ter de confrontar este executivo com esse sistemático boicote ao bom funcionamento dos serviços de fiscalização de obras particulares.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “solicitei verbalmente em tempos ao fiscal municipal Luis Alexandrino uma informação sobre o assunto nomeadamente sobre a legalidade de todas as construções dentro do muro, informação essa que ainda não me foi presente.”-----

- 1438. ASSUNTOS PROMETIDOS PARA A PRESENTE REUNIÃO:** “Nas páginas 4 e 5 da acta anterior estão prometidos para hoje a apresentação do plano de trabalhos de alcatroamentos e dos memorandos para as localizações possíveis do futuro tribunal, e nada foi apresentado. Qual é o ponto da situação?”-----

**PRESENCAS:** Pelas 21.50 horas regressou à reunião o senhor vereador João Carlos Duarte.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que a senhora arquitecta municipal lhe deu conta do avanço do trabalho relativo ao tribunal, mas ainda não entregou os elementos completos. No que toca ao plano de alcatroamentos, ocupações desta manhã não lhe permitiram elaborar o documento, mas espera poder fazê-lo a tempo da próxima reunião. -----

- 1439. CEMITÉRIO DO SENHOR JESUS DO CARVALHAL:** “A semana passada questioneei as razões da não vinda a reunião de Câmara do ofício em que a firma Torres, Martins & Franca, dava conta dos motivos para ter interrompido os trabalhos. Não tive qualquer resposta pelo que fico a aguardá-la e solicito cópia do referido ofício.”-----

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

1440. **I.E.P.:** “Dado continuar a não receber cópia da correspondência trocada com o I.E.P., requeiro cópia dos ofícios 1961 desta instituição e 226/O.M..”-----
1441. **VÃO ARQUITECTOS:** “Continuo semana após semana sem receber relação dos elementos enviados à Vão Arquitectos.”-----
1442. **INSTITUTO DE ÁGUAS E RESÍDUOS:** “Requeiro cópia do parecer do Dr. Sampaio sobre a circular do Instituto de Águas e Resíduos.”-----
1443. **ANTÓNIO JOSÉ ROSA RAFAEL:** “Requeiro cópia do ofício do Tribunal Judicial de Caldas da Rainha, em que informa sobre a reclamação contra António José Rosa Rafael.”-----
1444. **OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA:** “Solicito cópia da programação da actividade por administração directa da Câmara Municipal nos próximos meses.”-----
1445. **SENHAS DE PRESENÇA:** Questionou o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira sobre a informação relativa a senhas de presença.-----  
-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o Chefe de Divisão já lhe entregou a referida informação, mas existem lá referenciados alguns elementos que vai precisar de procurar saber a justificação.-----
1446. **MARIA TERESA PANCADA DA FONSECA:** “Solicito cópia do ofício enviado para o Ministério do Ambiente relativo à movimentação de terras efectuada pela senhora D. Maria Teresa Pancada da Fonseca.”-----
1447. **AVENIDA LUIS HENRIQUES:** “Solicito acesso ao processo completo da Av. Luis Henriques.”-----
1448. **SANEAMENTO DO CASALINHO:** “Reitero o pedido com urgência de uma informação sobre os esgotos do Casalinho.”-----
1449. **RUA ABEL PEREIRA DA FONSECA:** “Informo que o sinal de trânsito proibido na Rua Abel Pereira da Fonseca não está no lugar vai para 4 semanas.”-----  
**DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:**-----
1450. **DECLARAÇÕES:** “Reitero a minha preocupação com as declarações proferidas pelo vereador José Vítor Silva.”-----
1451. **OBRA NA RUA MOINHO DO ARNEIRO:** “Congratulo-me pelo facto do senhor presidente da Câmara ter informado o munícipe em reunião pública que sugeriu ao representante da D. Amélia Carvalho para que as varandas nos laterais fossem preenchidos com panos de parede em vez de gradeamento conforme RGEU.”-----
1452. **SERAFIM & FILHOS, LDA:** “Porque razão não me foi entregue o conta corrente descrevendo o montante em dívida à firma Serafim & Filhos, Lda, solicitado à duas semanas.”-----
1453. **ADVOGADOS:** “Reitero o pedido de informação sobre os montantes pagos a uma firma de advogados de Lisboa.”-----
1454. **EMPRÉSTIMOS:** “Requeiro à secção de contabilidade que me seja fornecido o valor dos empréstimos contraídos durante este mandato.”-----
1455. **FESTIVAL DO VINHO:** “Reitero o pedido das contas do Festival do Vinho do tempo do senhor Henrique Cortes.”-----
1456. **CAMINHO LATERAL AO I.C.1 / A8:** “Pergunto ao senhor presidente da Câmara a quem vai imputar os custos, se à Direcção de Estradas de Leiria se ao Instituto de

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

- Estradas de Portugal, referente à reposição do caminho lateral ao I.C.1 / A8, que está a ser efectuado na ligação Sobral do Parelhão / Delgada.” -----
- 1457. E.T.A. DO PÓ:** “Pergunto ao senhor presidente da Câmara se faz parte das suas obrigações o facto da empresa SITEL, empreiteiro da E.T.A. do Pó, já ter expirado o prazo daquela obra, devendo assim ser oficializado conforme informação n.º 64/O.M.-2000, em que refere nomeadamente que o prazo de execução daquela empreitada teve a data limite em 20.02.2000, ou seja, depois de Fevereiro esta empresa encontra-se num processo de ilegalidade contratual perante a Câmara Municipal incorrendo nas penalizações previstas por lei assim como as consequências que possam advir das entidades financiadoras daquela obra municipal – INAG e C.C.R.L.V.T..”-----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que “a empresa esteve impedida de trabalhar por não haver P.T. durante um grande período, não tendo parado a obra mas foram andando a passo de caracol e o que me constrange é nesta questão a forma como o processo decorreu. Tenho consciência de por não se terem proporcionado as circunstâncias, a empresa não teve condições normais de execução da obra, nomeadamente devido à particularidade de não ter sido transferida a tempo e horas a linha de média tensão que alimentava o furo.”-----
- O senhor vereador Amílcar Santos declarou que “pela resposta que ouvi nomeadamente quando afirma ter a consciência que a empresa não teve as condições para a construção da obra, sem lhe querer atribuir aquilo que me levaria à seguinte pergunta, não deixo no entanto de referir que se esquece que aquela empresa recebeu 90 mil contos de adiantamento e que após o respectivo recebimento só decorridos seis meses iniciou a obra. Uma afirmação destas feita pelo presidente da Câmara mais pareceu um advogado da empresa, para já não dizer que respondeu como se daquela firma fizesse parte, esquecendo-se que coloquei a questão ao presidente da Câmara Municipal de Bombarral.” -----
- O senhor presidente da Câmara respondeu que “não sou nem advogado da empresa, nem advogado do diabo, tenho é consciência das condições difíceis de execução da obra e nessa medida não esqueço esses pressupostos. Quanto ao pedido de adiantamento foi solicitado pela empresa que teve a sua apreciação e acabou por ser concedido não pela Câmara Municipal mas pela entidade financiadora do empreendimento. Se há questões que ao longo deste processo por vezes me custa ouvir, têm particular significado, não deixo de referir as declarações feitas, por quanto estando definido na lei o enquadramento desse pedido acontece que nas empreitadas e nos termos do que está estipulado por vezes acontecem pedidos de adiantamento, que sendo apresentados são apreciados e a minha perplexidade é que já tendo o senhor vereador tido actividade de empreiteiro, por certo também utilizou essas mesmas prerrogativas ao que este respondeu negativamente.”-----
- PRESENCAS:** Pelas 22.10 horas regressou à reunião o senhor vereador Luis Duarte.
- O senhor vereador Amílcar Santos respondeu que “A falta de transparência e irregularidade desta empreitada na qual para surpresa de todos o presidente Albuquerque Álvaro em vez de defender os cofres do município mais parece pretender

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

esvaziá-los como se nos mesmos ainda existissem os dinheiros de muitos dos empréstimos que a Câmara já contraiu. Ainda bem, que relata esses assuntos, no entanto esqueceu-se ou omitiu o facto de ter sido a Câmara Municipal pela mão do seu presidente a dar a autorização para que os 90 mil contos fossem parar às mãos da empresa. Só é pena que não se tenha preocupado em que a obra pudesse ter sido realizada no período de Verão visto não ter a repercussão que lhe atribui.”-----

**1458. FESTIVAL DO VINHO 1999:** “Requeiro que me seja dada informação contabilística do valor pago à empresa JORLIS relativo ao custo da separata do Festival do Vinho de 1999.”-----

**1459. III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO:** “É verdade ou não que o senhor não teve desde há dois anos a esta parte motivação e empenho para que muitos dos projectos no âmbito estratégico de desenvolvimento do concelho e na previsão dos programas do III Quadro Comunitário de Apoio, nem vontade efectiva em dar cumprimento aquilo que lhe foi recomendado por acaso até em locais distintos, visto também o ter sido em reunião de Câmara . É verdade ou não que com a sua inércia e inoperacionalidade o presidente desta Câmara deu origem a que os 89 mil contos previstos para realização de obras até Dezembro deste ano venham a ser na integra e totalmente perdidos pela inexistência de um único projecto, um só concluído que permita avançar com a obra neste 1.º programa operacional. É evidente que o senhor durante esta minha resposta foi-se rindo, foi-se fazendo de vitima, traulateando como a desresponsabilizar-se pelo facto, a verdade é que a situação que o senhor criou por sua livre iniciativa contra a vontade de todos vai acarretar que este concelho não seja abrangido em obras cujo volume financeiro se situa nos precisos 89 mil contos que foram dotados no âmbito da A.M.O. e deste programa operacional para o Bombarral.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “devo só referir que mais do que as palavras o que irá ficar patente no momento oportuno são as respectivas obras. A maior dificuldade que encontrei no exercício destas dificuldades foi no encerramento do I Quadro Comunitário de Apoio que teve de ser efectuado em tempo recorde e quando fui empossado quase todos os sectores estavam em aberto. Já não tive tanta dificuldade na execução do II Quadro Comunitário de Apoio porque em tempo oportuno os respectivos projectos foram apresentados e tivemos sempre investimentos acima da cota do que era a nossa responsabilidade. Fomos o primeiro concelho a fazer obras do II Quadro Comunitário de Apoio a 100%. Assim, não obstante o grau de atraso com que se inicia o III Quadro Comunitário de Apoio, atraso este que nos permite que a obra do primeiro ano deslize para o segundo ano. Concerteza que aquelas que nos estão atribuídas irão ser satisfeitas. Fica o senhor vereador talvez interrogado quando relativamente ao Plano Estratégico coloca as questões, mas não obstante a necessidade por mim sentida de desenvolvimento de alguns vectores não sendo um expert na matéria, não obstante as questões como as circunstâncias o exijam se procure obter a análise e estudo de empresas do sector. Há no entanto uma questão que nunca coloquei mas que também a mim me interroga é que pela mesma razão de não ser expert na matéria o senhor vereador também tenha sido parte na apresentação da sua ideia de desenvolvimento concelhio. Por certo

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

também as terá e no momento oportuno as apresentará pois como todos nós por certo quer o melhor para o concelho.” -----

-----O senhor vereador Amílcar Santos respondeu que “os factos presentes tiveram na resposta passou pelo II Quadro Comunitário de Apoio e em relação ao futuro relatou as maiores enormidades porque sabe muito bem que as verbas que não foram gastas no corrente ano, não transitam para o ano seguinte. Tudo aquilo que relatei não se trata de palavras como lhe conviria mas sim factos concretos e reais que também já foram relatados nesta reunião pelos restantes membros deste executivo nomeadamente porque desde há dois anos que se aguarda os projectos para a área de actividades económicas no Falcão, centro empresarial e outros. Recordo que até partidariamente isso mesmo lhe foi solicitado.” -----

- 1460. TERRENO NO LARGO DO MUNICÍPIO:** “Reparei que o muro da propriedade que a Câmara Municipal comprou em frente do B.P.A. foi demolido e naquele terreno se encontram máquinas a movimentar terras. Como membro desta Câmara Municipal e como este executivo ainda não deliberou o que fazer ao referido terreno por virtude do mesmo não se adaptar à construção do futuro tribunal, pergunto o que lá se está a fazer. Nesta linha de seguimento para que não surjam mais prejuízos para a Câmara Municipal requeiro o agendamento da venda do referido terreno em hasta pública para a próxima reunião.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “devo referir que a questão que está em causa no terreno adquirido não são de relevância especial apenas porque e face à realização do certame do Festival do Vinho vamos ter a necessidade de impedir o estacionamento num espaço utilizado para o efeito e nessa medida para que houvesse espaço para ser utilizado pelos visitantes, tomei a iniciativa de demolir o muro e colocar um acamada de saibro. Quanto à circunstância que refere e que apesar de negociado para a instalação do tribunal e face à evidência que o Ministério coloca de área superior devo referir que em informação anterior tive oportunidade de referir uma possível utilização e que tem a ver com a preocupação sentida no arranjo do Largo do Município, porque com a possibilidade de termos acesso ao Rio Real e como deixei referido em informação anterior é a possibilidade que se nos oferece de podermos dar um tratamento a esta parte Nascente da vila. Quanto à questão que coloca de que a Câmara deverá reflectir quanto à alienação, senhor vereador, neste momento nem me vou pronunciar acerca disso e reservar-me-ei para tratar esse assunto em momento oportuno.” -----

- 1461. REUNIÃO DE CÂMARA:** Questionou o senhor presidente de Câmara sobre se às 22.35 horas tenciona continuar com a reunião de Câmara. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu afirmativamente lembrando que já no início da reunião em face do longuíssimo período de informações e porque a ordem de trabalhos é necessária para o bom funcionamento, havia dito que se devia prosseguir. -----

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

**ORDEM DO DIA**

- 1462. OBRAS PARTICULARES:-----**
- 1462.01 CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO, GARAGEM, CHURRASCO E MURO – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 60/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Vítor Manuel Rodrigues dos Santos, datado de 2000.06.28, a solicitar licença para construção de habitação, garagem e churrasco sítios no lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses.-----
- 1462.02 AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 43/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Leonel Henriques Fumaça, datado de 2000.06.27, a solicitar licença para ampliação de habitação sita no Casal Cigano, freguesia de Carvalhal, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 36 meses.-----
- 1462.03 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 15/2000/02 iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria Teresa Benjamim Ribeiro, datado de 2000.05.26, foi deliberado por maioria com os votos de reprovação do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte, José Vítor Silva e Luis Duarte e a abstenção dos senhores vereadores Manuel Quintino e Amílcar Santos, emitir informação prévia desfavorável para a construção de armazém para arrecadação agrícola sítio no lugar e freguesia de Pó, com fundamento no parecer constante da folha 14 do processo.-----
- 1462.04 CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR E ESTABELECIMENTO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 122/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Antonino da Costa Perdigão, datado de 2000.07.10, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de edifício de habitação multifamiliar e estabelecimento sítio no gaveto da Rua Almirante Reis com a Rua António Pereira Bernardino, vila e freguesia de Bombarral, condicionado a que na fase da obra alargar para 1,40 m os patins de acesso às habitações.-----
- 1462.05 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 134/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José da Silva Correia Lopo, datado de 2000.07.03, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro sítios no lugar de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça.-----
- 1462.06 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 133/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José da Silva Correia Lopo, datado de 2000.07.03, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro sítios no lugar de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça.-----
- 1462.07 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO E DEMOLIÇÃO - PROJECTO DE ARQUITECTURA - DESTAQUE:** Apreciado o processo n.º 119/2000/01 iniciado a

## **ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

requerimento apresentado pelo senhor Joaquim José Gualdino Talaia, datado de 2000.06.21, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro e demolição, no lugar da Columbeira, freguesia de Roliça, numa parcela de terreno do seu prédio urbano inscrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 04509 / Roliça, com a área de 172,35 m<sup>2</sup> que fica a confrontar do Norte com Travessa da Igreja e Eusébio de Sousa, do Sul com o Rua Salvador Carvalho dos Santos, do Nascente com Travessa da Igreja e do Poente com o próprio, uma vez que reúne as condições estabelecidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 448/91, de 28 de Dezembro, e dado que desse destaque resultam apenas duas parcelas ambas confinantes com arruamentos públicos, devendo ser garantido o ónus do não fraccionamento e a aplicar frestas nos vãos constantes no alçado lateral ao abrigo do artigo 73.º do R.G.E.U.. -----

**1462.08 CONSTRUÇÃO DE MURO - PROJECTO DE ARQUITECTURA E LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 132/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luis Coelho Barreiro, datado de 2000.07.03, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e a solicitar licença para construção de muro sito no Barrocalvo, devendo o alinhamento ser definido pelos serviços.-----

**1462.09 CONSTRUÇÃO DE BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 123/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pela firma Alcapredial - Investimentos e Imobiliárias, S.A., datado de 2000.06.26, foi deliberado por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Manuel Quintino e Amilcar Santos e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar o projecto de arquitectura para construção de bombas de combustível sitas nas Arroteias, vila e freguesia de Bombarral, devendo ser respeitadas as condicionantes constantes da informação prévia apresentada pela firma SODIBOMBARRAL. -----

**1462.10 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----  
**AUSÊNCIAS:** Pelas 22.40 horas ausentaram-se da reunião os senhores vereadores Manuel Quintino e Amilcar Santos.-----

**1463. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:** Atendendo o solicitado por requerimento apresentado pelo senhor Nelson Manuel Ribeiro Esteves, datado de 2000.07.11, foi deliberado por unanimidade conceder autorização para ocupar 4 m<sup>2</sup> de espaço público na Rua Veríssimo Duarte, vila e freguesia de Bombarral, no período de 22 a 30 de Julho de 2000, com venda de cachorros quentes. -----

**1464. REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ZONA NOROESTE DO CONCELHO DE BOMBARRAL – CONDUTA ELEVATÓRIA AO RESERVATÓRIO DE REGULARIZAÇÃO DO PÓ E CONDUTA ADUTORA DE DISTRIBUIÇÃO À ZONA ALTA DO PÓ, COLUMBEIRA, ROLIÇA, SÃO MAMEDE E ADUTORA AO BOMBARRAL:** Apreciada a informação n.º 61/O.M./00, de 2000.07.03, foi deliberado por unanimidade atender a pretensão da firma Orlando Domingos dos Santos, Lda, no sentido de lhe ser restituída a quantia de 1.935.851\$00 (um milhão noventa e trinta



**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

e cinco mil oitocentos e cinquenta e um escudos), retida aquando dos pagamentos dos autos de medição 4/T.M.C., 6/T.M.C., 7/T.M.C./C, 11/T.M.A./C e 13/T.M.A., e a sua substituição pela garantia bancária n.º 02000000011 no valor de 2.428.617\$00 (dois milhões quatrocentos e vinte e oito mil seiscentos e dezassete escudos).-----

**1465. SANEAMENTO DO CONCELHO DE BOMBARRAL – SISTEMA COMPLEMENTAR NORTE – REDE DE ESGOTOS EM BARROCALVO E CASAL DO CENTEEIRO:**

Apreciada a informação n.º 63/O.M./00, de 2000.07.13, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto da empreitada em epígrafe elaborado pela G.A.T. de Caldas da Rainha, e com um orçamento de 42.658.248\$00 (quarenta e dois milhões seiscentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e oito escudos).-----

**1466. SANEAMENTO DO CONCELHO DE BOMBARRAL – SISTEMA COMPLEMENTAR NORTE – REDE DE ESGOTOS DA ZONA BAIXA DE A-DOS-RUIVOS:**

Apreciada a informação n.º 62/O.M./00, de 2000.07.13, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto da empreitada em epígrafe elaborado pela G.A.T. de Caldas da Rainha, e com um orçamento de 3.251.676\$00 (três milhões duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e setenta e seis escudos).-----

**1467. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÈDIO / LONGO PRAZO:**

Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «No ponto IV do Plano de Actividades aprovado para o corrente ano prevê-se que a Autarquia possa recorrer a um empréstimo para financiar os investimentos ali descritos. Para financiamento dos investimentos previstos em Plano de Actividades, proponho que Câmara Municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, proponha à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo de médio prazo no montante de 145.000.000\$00. O referido empréstimo visa, como foi mencionado anteriormente, o financiamento dos investimentos previstos no Plano de Actividades aprovado, nomeadamente o Parque de Campismo e Miradouro do Picoto; obras de adaptação do edifício dos Paços de Concelho e aquisição dos equipamentos previstos no âmbito do projecto de Modernização Administrativa e os investimentos cobertos pelo III Quadro Comunitário de Apoio, designadamente: -----

- Infra-estruturas da Área de Actividades Económicas (Pólo II);-----
- Rede de esgotos das Gamelas e Delgada; -----
- Reforço do abastecimento de água à vila do Bombarral, construção dos novos reservatórios e reformulação da rede; -----

- Construção de Escolas Pré – Primárias para substituição das actuais instalações.” --

-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----

**1468. CENTRO EMPRESARIAL DE BOMBARRAL:**

No seguimento de pedido de agendamento formulado na anterior reunião pelo senhor vereador Amílcar Santos, foi discutido o assunto em epígrafe. Foi recomendado ao senhor presidente da Câmara que use todos os mecanismos jurídicos e legais ao seu dispor para no mais curto espaço de tempo adjudicar a uma empresa da especialidade a elaboração do projecto em epígrafe, atendendo a que o G.A.T. de Caldas da Rainha não tem capacidade para o fazer num curto espaço de tempo. -----

**ACTA N.º 36/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17**

1469. **ÁREA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DO FALCÃO:** No seguimento de pedido de agendamento formulado na anterior reunião pelo senhor vereador Amílcar Santos, foi discutido o assunto em epígrafe. Foi recomendado ao senhor presidente da Câmara que use todos os mecanismos jurídicos e legais ao seu dispor para no mais curto espaço de tempo adjudicar a uma empresa da especialidade a elaboração do projecto em epígrafe, atendendo a que o G.A.T. de Caldas da Rainha não tem capacidade para o fazer num curto espaço de tempo. -----
1470. **PARQUE DE ESTACIONAMENTO NA RUA VERÍSSIMO DUARTE:** No seguimento de pedido de agendamento formulado na anterior reunião pelo senhor vereador Amílcar Santos, e devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
1471. **ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA REPÚBLICA:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o caderno de encargos e o programa de concurso de ideias para o arranjo urbanístico da Praça da República. -----
1472. **REFORÇO DE VERBAS A ATRIBUIR ÀS JUNTAS DE FREGUESIA:** Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----

**DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**

1473. **XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 3346 de 2000.07.06 do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a informar que não lhe é possível conceder apoio financeiro ao XVII Festival do Vinho Português. -----
1474. **I.P.6:** Foi tomado conhecimento de planta do troço do IP6 que passa no concelho de Bombarral. -----
1475. **III QUADRO COMUNITÁRIO – SUB PROGRAMA 1 (EIXO 1):** Foi tomado conhecimento do ofício 195/O.M. de 2000.07.11, a remeter formulários de candidatura relativos à Variante do Bombarral na Zona Desportiva; Abastecimento de água à vila de Bombarral e construção de rede de esgotos em várias freguesias. -----

**PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

**DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

1476. **BENEFICIAÇÃO DE HABITAÇÃO:** “Senhor vereador Manuel Quintino, deixe de ser hipócrita e farsante e assumá por inteiro as responsabilidades das suas posições públicas. Foi o senhor que com a sua intervenção quer na Câmara, quer no jornal Notícias do Bombarral quis indiciar que eu tinha feito obras sem licença. A minha resposta foi só para repor a verdade e informar que fiz a devida participação.” -----

-----Pelas 23.10 horas ausentou-se da reunião o senhor vereador José Vítor Silva pelo que não havendo quórum , foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

**ACTA N.º 36/2000** – Reunião pública e ordinária do dia 2000.07.17

O Funcionário: